



Volume 18

Seção Artigo e94102

29 de julho de 2024

Mercadorização da educação: do Investimento Social Privado aos Negócios de Impacto do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)

Merchandising of education: From Private Social Investment to the Impact Business of the Group of Institutes, Foundations and Enterprises (GIFE)

Mercantilización de la educación: de la Inversión Social Privada a los Negocios de Impacto del Grupo de Institutos, Fundaciones y Empresas (GIFE)

Kelly Letícia da Silva Sakata¹

Citação: SAKATA, Kelly Letícia da Silva. Mercadorização da educação: do Investimento Social Privado aos Negócios de Impacto do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 18, e94102. Julho de 2024.



<http://10.5380/jpe.v18i1.94102>

Resumo: O presente artigo visa discutir a mercadorização da educação no Brasil a partir da atuação do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) como propulsor do alinhamento entre o Investimento Social Privado (ISP) e os Negócios de Impacto no contexto da governança do âmbito educacional. A partir de pesquisa bibliográfica e análise documental sob a perspectiva teórica de Antonio Gramsci, o fio condutor das análises foi a relação público-privada no âmbito educacional em que se insere no bojo da difusão do projeto neoliberal proposto pela Terceira Via, em que visa adequar a sociabilidade capitalista no seio do século XXI, tendo como base o capitalismo de face humanizada e a conciliação entre os princípios de mercado e justiça social. Ao final, conclui-se que por meio de articulação em redes, coalizões e *advocacy* que o Gife é propulsor do alinhamento entre o Investimento Social Privado e o Negócio de Impacto, em que se propaga o campo educacional como nicho de mercado. Esse movimento ocorre por intermédio das Finanças Sociais, as quais direcionam o investimento por meio da capitalização. Nesse contexto, localizou-se 15

¹Doutora em Educação. Professora na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Maracaju/MS, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4176-0412>. E-mail: kelly.sakata@uems.br

projetos desenvolvidos pelos associados do grupo no campo educacional, em que se utilizando do discurso neoliberal fomentam o ecossistema de finanças sociais.

Palavras-chave: Política Educacional; Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE); Mercadorização da Educação; Investimento Social Privado; Negócios de Impacto.

Abstract: This article aims to discuss the commodification of education in Brazil from the role of the Group of Institutes, Foundations and Enterprises (Gife) as a driver of alignment between Private Social Investment and Business Impact in the context of educational governance. Based on bibliographical research and documentary analysis under the theoretical perspective of Antonio Gramsci, the guiding thread of the analysis was the public-private relationship in the educational context where it is in the midst of the spread of the neoliberal project proposed by the Third Way, in which it aims to adapt capitalist sociability within the 21st century, based on capitalism with a humanized face and conciliation between the principles of market and social justice. In the end, it is concluded that through articulation in networks, coalitions and advocacy, Gife is the driver of the alignment between Private Social Investment and Impact Business, in which the educational field is propagated as a niche market. This movement occurs through Social Finance, which directs investment through capitalization. In this context, 15 projects developed by the group's associates in the educational field were located, in which, using neoliberal discourse, they promote the social finance ecosystem.

Keywords: Educational Policy; Group of Institutes, Foundations and Enterprises (GIFE); Commodification of Education; Private Social Investment; Impact Business.

Resumen: El presente artículo pretende discutir la comercialización de la educación en Brasil a partir de la actuación del Grupo de Institutos, Fundaciones y Empresas (Gife) como propulsora del alineamiento entre la Inversión Social Privada (ISP) y los Negocios de Impacto en el contexto de la gobernanza del ámbito educativo. A partir de investigación bibliográfica y análisis documental bajo la perspectiva teórica de Antonio Gramsci, el hilo conductor de los análisis fue la relación público-privada en el ámbito educativo en que se inserta en el centro de la difusión del proyecto neoliberal propuesto por la Tercera Vía, en el que, pretende adecuar la sociabilidad capitalista en el seno del siglo XXI, teniendo como base el capitalismo de cara humanizada y la conciliación entre los principios de mercado y justicia social. Al final, se concluye que por medio de articulación en redes, coaliciones y advocacy, Gife es propulsor de la alineación entre la Inversión Social Privada y el Negocio de Impacto, en que se propaga el campo educativo como nicho de mercado. Este movimiento ocurre por intermedio de las Finanzas Sociales, las cuales dirigen la inversión por medio de la capitalización. En ese contexto, se ubicaron 15 proyectos desarrollados por asociados del grupo en el ámbito educativo, en los cuales, utilizando el discurso neoliberal, promueven el ecosistema de las finanzas sociales.

Palabras clave: Política Educativa; Grupo de Institutos, Fundaciones y Empresas (GIFE); Mercantilización de la Educación; Inversión Social Privada; Negocios de Impacto.

Introdução

No Brasil, o Investimento Social Privado (ISP) foi propagado como uma forma diferenciada de atuação social do setor privado no bojo da Responsabilidade Social Empresarial, em relação a formas tradicionais de filantropia emergentes em meados da década de 1980. Após ser instituído como organização sem fins lucrativos, em 1995, o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife) tornou-se uma referência na temática do ISP, intitulando-se como associação de *investidores sociais privados* do Brasil, sejam eles institutos, fundações ou fundos familiares, corporativos independentes ou empresas.

Ele emergiu como grupo informal em 1989, a partir da articulação inicial de vinte e cinco grandes empresas com sede no Brasil e incentivadas pela Fundação Ford e Fundação Kellongs dos Estados Unidos, tendo como objetivo “formular, promover e

difundir o ISP por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica de institutos e fundações empresariais e de instituições de origem privadas” (ANDRADE, 2014, p. 86). Eles investem em programas e projetos no âmbito educacional público, sua atuação ocorre por meio de rede política, defesa de interesses (o chamado *advocacy*) e Coalisões, diferentemente da ação dos seus associados, que podem atuar tanto na formulação quanto na execução de projetos sociais (SAKATA, 2023a).

O Gife ressalta que o ISP não tem relevância apenas na formulação e elaboração de soluções e práticas de aprimoramento e inovação nas políticas públicas, mas também na cooperação para apoiar o funcionamento melhorado da gestão pública. Pontua, como missão, aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do “bem comum”. Nessa linha, indica que seu objetivo é contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica de institutos e fundações e de outras entidades privadas que realizam ISP (GIFE, 2024).

O grupo é formado atualmente por mais de 170 associados, majoritariamente fundações de caráter privado sem fins lucrativos (FASFIL), atuantes na esfera pública e que desenvolvem ações no âmbito educacional em frentes diversas, com destaque para: Fundação Lemann; Instituto Ayrton Senna (IAS); Instituto Natura; Instituto Positivo; Instituto Votorantim; entre outros.

Para o Gife o ISP “é a mobilização de recursos privados para fins públicos realizada de forma planejada, monitorada e sistemática para iniciativas sociais, ambientais, culturais e científicas de interesse público” (GIFE, 2024, n.p.). Em 2018 o grupo destaca o alinhamento entre o ISP e o Negócio de Impacto (NI), o qual objetiva, por meio da relação entre o público e o privado, gerar lucro para os investidores por intermédio da capitalização. Esse lucro viria por implemento de serviços e/ou produtos no âmbito público, com vistas a um impacto social dito positivo.

Nesse contexto, a educação é considerada um dos âmbitos de maior interesse nas ações de responsabilidade social empresarial, cerca de 71% dos associados do Gife atuam na educação (GIFE, 2023), pois ela foge do rótulo de caráter assistencialista, trazendo “caráter de promoção de auto-sustentabilidade social” (SOUZA, 2008, p. 50). Entende-se

que o alcance expandido dos Aparelhos Privados de Hegemonia² (APHs), nesse âmbito, emerge como redução do investimento do “Estado na educação pública (e como consequência disso) e dos ataques ideológicos à educação pública em diferentes contextos globais. Como resultado, a educação tornou-se um espaço para expandir a lógica de mercado e aumentar os lucros corporativos” (TARLAU; MOELLER, 2020, p. 556).

Nesse sentido, para além da difusão do projeto societário neoliberal, há um duplo movimento almejado pelos APHs: espaço lucrativo e busca por legitimidade de suas ações no contexto da sociedade civil. Identifica-se que “o que se pretende é uma ação que se converta em uma imagem de empresa socialmente responsável, tornando-a mais competitiva, trazendo como consequência o aumento dos lucros” (SILVA; SOUZA, 2009, p. 792).

A partir desse cenário, e sob uma perspectiva teórica gramsciana, o artigo discute a mercadorização da educação no Brasil a partir da atuação do Gife, entendido como um APH propagador do Investimento Social Privado junto à perspectiva de lucratividade. Nas análises, foram utilizados os Censos Gife³ de 2005 a 2023 e o Portal de dados do Investimento Social (Mosaico⁴). Foram 11 Censos analisados, que constituem-se como relatórios bienais realizados internamente e de forma voluntária entre os associados, mantendo em média 80% de adesão. Os censos indicam dados quantitativos a respeito da caracterização dos associados, suas atuações e investimentos no âmbito público, forma de organização e principais campos de interesse.

Do Investimento Social Privado ao Negócio de Impacto: re(adequações) junto à questão social

Historicamente, no contexto brasileiro, a ampliação dos APHs ocorreu em meados da década de 1980, quando os empresários, no bojo do movimento de grupos subalternos, que estavam frente ao contexto político e econômico repressivo, “buscaram

² Numa perspectiva teórica gramsciana os APHs são qualquer instituição, espaço ou agente que organize, medie e confirme a hegemonia de uma classe sobre outras (FRANCIONI, 1984). No presente artigo o Gife é compreendido como um APH.

³ Todos os Censos Gife desenvolvidos estão disponíveis no sítio do Grupo.

⁴ Ferramenta digital de acesso público que possui informações e dados sobre os projetos e programas dos investidores sociais do Gife.

expandir a sua atuação para além dos seus interesses específicos ao intervir em questões que envolvessem a sociedade de maneira mais ampla, impulsionando, dessa maneira, a reorientar-se politicamente” (ANDRADE, 2014, p. 12). Houve, assim, um crescimento exponencial de APHs que tinham como interesse o apagamento retórico desses grupos subalternos, o que permitiu “identificar a absorção – desigual e assimétrica – das condições sociopolíticas do capital-imperialismo, reproduzidas internamente” (FONTES, 2010, p. 15).

Devido a esse cenário, entre outros que estão inseridos na expansão do neoliberalismo, “entre os anos de 1996 e 2002, o número destas entidades mais do que dobrou, passando, neste período, de 105 mil para 276 mil – o que correspondeu a um aumento de 157%” (IBGE, 2004, p. 07).

Nessa direção, os APHs redefinem sua atuação no que concerne à “questão social”, a qual é

[...] indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base das exigências de políticas sociais públicas. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente, típico do trânsito do padrão de acumulação no esgotamento dos 30 anos gloriosos da expansão capitalista (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

Desse modo, a atuação dos setores empresariais no âmbito educacional brasileiro iniciou, nesse período, relacionada com o necessário vínculo entre crescimento econômico e redução da pobreza, como forma de enfrentamento da “questão social”. Este último, entendido como questão necessária para a manutenção do sistema capitalista (MONTAÑO, 2010; IAMAMOTO, 2001; MOTTA, 2016). Diante disso, as ações consideradas “novas” do Gife referem-se ao

[...] tratamento mais coeso, amplo e sistemático no enfrentamento da questão social, na medida em que pretendem mudar as práticas filantrópicas dos empresários caracterizadas por ações pontuais, fragmentadas e assistencialistas para adquirir uma forma mais orgânica ao campo de atuação social da burguesia, imprimindo, assim, uma nova direção político-ideológica de classe a essas práticas de caráter filantrópico (ANDRADE, 2014, p. 80).

Logo, os APHs possuíam estratégias de direcionamento político na sociedade civil. Em outras palavras, eles desenvolvem um papel ideológico, “promovendo a reversão dos direitos de cidadania por serviços e políticas sociais e assistenciais universais, não

contratualistas e de qualidade, desenvolvidas pelo Estado e financiadas num sistema de solidariedade universal compulsória” (MONTAÑO, 2010, p. 19).

Nesse contexto, o Gife foi a primeira associação da América do Sul a reunir investidores sociais privados, que indicavam como objetivo “[...] buscar soluções para os problemas sociais brasileiros num contexto de mudanças políticas e econômicas e aperfeiçoar as ações sociais desenvolvidas até então” (GIFE, 2013, p. 12).

Uma das iniciativas mais importantes do grupo para disseminar e concretizar o ISP foi desenvolvida, desde o início de 2003, no sentido de impulsionar a legislação brasileira relativa ao “terceiro setor”, com o Programa Marco Legal e Políticas Públicas. Esse movimento resultou no chamado Novo Marco Regulatório do Terceiro Setor, através da Lei 13.019/2014. Essa lei trata do fomento, da colaboração e da ampliação do segmento público não estatal ONG, associações, fundações, institutos e empresas, ao estabelecer o “regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco” (BRASIL, 2014). Essa lei já sofreu algumas alterações por meio da Lei 13.204/2015.

Outra defesa de interesses relevante do Gife, no desenvolvimento do investimento privado, resultou na Lei nº 13.800/2019, considerada um novo marco da relação de parceria entre o público e o privado. A referida lei “autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais” (BRASIL, 2019a). Em parágrafo único, indica que os fundos patrimoniais poderão “apoiar instituições relacionadas à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação, à cultura, à saúde, ao meio ambiente, à assistência social, ao desporto, à segurança pública, aos direitos humanos e a demais finalidades de interesse público” (BRASIL, 2019a).

O Gife e o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) foram os protagonistas na defesa de interesses desse marco legal, por meio da Coalizão pelos Fundos Filantrópicos. Essa rede *advoga* pela regulamentação dos Fundos Patrimoniais (também conhecidos como *endowments*). Esses fundos se originam de doações ditas filantrópicas, sendo utilizadas para arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas às causas sociais de interesse público. Ou seja, esses fundos “servem para receber doações destinadas a sustentar causas ou organizações mediante a distribuição

de parte dos resultados de aplicações financeiras de seu capital” (XIMENES; CÁSSIO, 2019, p. 12).

Essa agenda de regulamentação sobre os fundos privados viabilizou parcerias com o Estado na estrutura de políticas públicas. Devido à atuação dos APHs na “agenda da filantropia corporativa, caminhando para um modelo jurídico que, por um lado, privilegia as preferências, a segurança jurídica e o poder decisório dos doadores e, por outro, estabelece a possibilidade da parceria com a Administração Pública” (XIMENES; CÁSSIO, 2019, p. 83a

Desse cenário, identificou-se a atuação do Gife em meados de 2015, junto à agenda da *filantropia colaborativa*. Segundo o grupo, ela corresponde a formas de colaboração que têm como pré-requisito a participação de no “mínimo dois atores da filantropia com envolvimento de recursos financeiros em pelo menos uma das seguintes esferas: colaboração na mobilização ou na coordenação, alocação e/ou gestão de recursos financeiros privados para a produção de bem público” (GIFE, 2024, não paginado).

Outrossim, historicamente, há uma sequência de normativas que aprofundam a relação entre o público e o privado ampliando esse movimento orgânico de privatização. De forma mais incisiva e formal, a ampliação da atuação dos APHs ocorreu no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com a Lei nº 11.079 de 30 de novembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas (PPP) no âmbito da administração pública, em todos os âmbitos federativos. Para além, houve a criação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, aprovado pelo Decreto nº 6.094/2007, que prevê, em uma das suas diretrizes, a implantação de parcerias na gestão educacional pública (DI PIETRO, 2015).

Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff viam a relação entre o público e o privado

[...] como uma saída colaborativa de investimento em infraestrutura junto ao setor empresarial, tendo em vista aumentar a capacidade produtiva e a competitividade dos setores produtivos do país. E, no âmbito social, como mecanismo de amenizar as consequências das políticas macroeconômicas de cunho neoliberal, supostamente assegurando o controle do déficit fiscal e a governabilidade (MOTTA, 2016, 324).

No entanto, apesar da intenção progressista, há um “mercado inclusivo” que discorre sobre os bons negócios, que podem render a aproximação da filantropia a serviço dos pobres. “É nessa perspectiva que a concepção de investimento social privado começa

a ter mais força e que foram criadas as condições favoráveis para privilegiar a participação dos empresários nas definições de políticas públicas” (MOTTA, 2016, p. 327).

No governo de base ultraliberal de Michel Temer (2016-2018), identificou-se que houve um aprofundamento da privatização e retirada da intervenção Estatal, por meio da Emenda Constitucional 95/2016 de teto dos gastos por 20 anos, em que

[...] houve uma inflexão nas relações com o Fórum Nacional de Educação (FNE) e com o Conselho Nacional de Educação (CNE), retirando do FNE sua base de representação social e descaracterizando a configuração do CNE. Também se verificou interferência na composição do CNE por meio da revogação do decreto emitido por Dilma Rousseff, em que nomeou os novos conselheiros do conselho (SAKATA, 2023b, p. 751).

No governo conservador de extrema direita de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), a educação entendida como nicho de mercado elevou-se consideravelmente, com a ampliação da atuação dos APHs. Houve movimentos para a implementação do sistema de *vouchers*, militarização, cortes sistemáticos de verbas para a educação pública (entre outros) e a indicação do Decreto nº 10.195 de 2019 em que aprovaria a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Educação, em que se constatou ao menos 25 trechos a indicação de articulação do MEC com APHs, o qual foi revogado em 2023 (autor omitido, 2023b).

Sendo assim, identifica-se no contexto do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-atual) que a Educação e Ciência emerge com grau de relevância, no entanto, desde o início do mandato possui a influência dos APHs na gestão da educação, seja nas comissões criadas durante o processo de transição governamental, no embate acerca da reforma do Ensino Médio e nas reivindicações sobre a revogação da Resolução CNE/CP nº 2 de 2019 e Resolução CNE/CP nº 2 de 2020 (Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, respectivamente).

Desse cenário, há um alinhamento do ISP com a mercadorização do âmbito educacional, “ou seja, à transformação da esfera educacional em nicho de mercado” (MOTTA; ANDRADE, 2020, p. 6). Nesse sentido, os resultados do ISP, de início, estavam alinhados somente aos negócios das instituições e aos incentivos fiscais, mas, atualmente, atrelado ao ISP, estão o chamado Negócio de Impacto (NI).

Eles têm por objetivo, como já indicado, por meio da relação entre o público e o privado, gerar lucro para os investidores por intermédio da capitalização. Esse lucro viria por implemento de serviços e/ou produtos no âmbito público, com vistas a um impacto

social dito positivo. Nessa linha, segundo dados do Censo Gife (2023), “R\$ 106,2 milhões foi o volume de recursos direcionado pelos investidores sociais para o desenvolvimento, promoção ou apoio ao campo de negócio de impacto em 2022” (GIFE, 2023b, p. 85).

No que se refere ao âmbito legal, ele é regulamentado pelo Decreto nº 9.977 de 2019, que “dispõe sobre a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto” (BRASIL, 2019b). Nesse decreto, o artigo 1º indica que a estratégia “tem a finalidade de articular órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil para a promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto” (BRASIL, 2019a). Para além disso, considera esse formato como empreendimento capaz de gerar *resultado financeiro de forma sustentável*, com mobilização de capital público ou privado.

Evidencia-se, assim, que o aspecto central da proposição dos agentes privados vai além das simples mudanças legais. Pretende regular a “relação entre aparelho estatal e sociedade civil para assegurar a consolidação de um novo Estado e a criação de novos parâmetros que se convertam em códigos morais e de costumes que servirão para educar a nova sociabilidade” (MARTINS, 2006, p. 246). Nesse sentido, Gramsci (2016, p. 243) destaca que esta “é precisamente a função do direito no Estado e na sociedade; através do ‘direito’, o Estado torna ‘homogêneo’ o grupo dominante e tende a criar um conformismo social que seja útil à linha de desenvolvimento do grupo dirigente”.

Nessa direção, por meio do discurso de precariedade há um movimento de inclusão desses negócios para o atendimento de maneira *eficiente*. Esse fato é perceptível pelo “Boletim inteligência & tendências de Mercado”, desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (2019, p. 5), o qual indica que

[...] a educação no Brasil, historicamente, é um dos setores precarizados, apesar do seu papel estratégico para o desenvolvimento de uma nação. Uma das questões que necessitam de uma resposta, por exemplo, é a falta de creches para famílias da base da pirâmide. Assim, é possível desenvolver negócios de impacto que atendam, de maneira eficiente, demandas relacionadas com a educação (SEBRAE, 2019, p. 1).

Eles ressaltam que o alinhamento entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organizações das Nações Unidas (ONU) e o NI é crucial porque a maioria dos APHs exige essa orientação, e que, com a evolução desse modelo, emergem conceitos relacionados. São eles: o *setor 2.5* - equilíbrio entre características do segundo

setor e do terceiro setor; e *Empresas B* - para resolver problemas socioambientais. Dessa forma, indicam que esses âmbitos “passam por um rigoroso processo de certificação e fazem mudanças legais para proteger sua missão ou finalidade comercial, combinando interesse público e privado, realizando contribuições de impacto para um mundo *melhor* (SEBRAE, 2019, p. 6, grifo nosso).

Esse movimento estava sendo discutido e incorporado pelo grupo desde 2014, de forma incipiente, relacionando o alinhamento entre investimento social e negócio (GIFE, 2015). Em 2016, indicava que essa estrutura poderia ser uma estratégia importante para construção de um Brasil “mais justo e mais sustentável”, sendo um aliado natural de outras iniciativas do ISP. Em 2023 indica a discussão entre os “direcionamentos estratégicos adotados pelas organizações para a execução de suas iniciativas, relacionados a alinhamentos com o negócio (da empresa mantenedora), com as políticas públicas e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” (GIFE, 2023, p. 15). Assim, na próxima seção identificar-se-á a relação dessa discussão no eixo das finanças sociais.

As Finanças Sociais e os Negócios de Impacto

Apesar do discurso de justiça e sustentabilidade emitido pelo Gife, pontua-se que o Investimento Social pode ser alavancado por meio de incentivos fiscais concedidos pelo poder público. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU) (BRASIL, 2023), em 2022, foram R\$ 461,1 bilhões de benefícios tributários e R\$ 120,4 bilhões de benefícios financeiros e creditícios. Sob esse panorama, as Entidades sem fins lucrativos ocuparam o 4º lugar no ranking dos gastos tributários, com valor de R\$34,9 bilhões.

Nesse contexto conjuntural, o Gife propunha, em meados de 2015, a disseminação de conhecimento sobre NI e o convite junto aos institutos e fundações no Brasil para se engajarem e cocriarem o ecossistema que havia se formado (GIFE, 2017). Esse novo ecossistema de *Finanças sociais* materializou-se nesse período, que teve como um dos propulsores o Banco de Desenvolvimento Interamericano (BID), e foi realizado pela Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto Social (na época, Força Tarefa de Finanças Sociais), que é dirigida pelo Instituto de Cidadania Empresarial (ICE) e pela SITAWI Finanças do Bem, um dos associados do Gife.

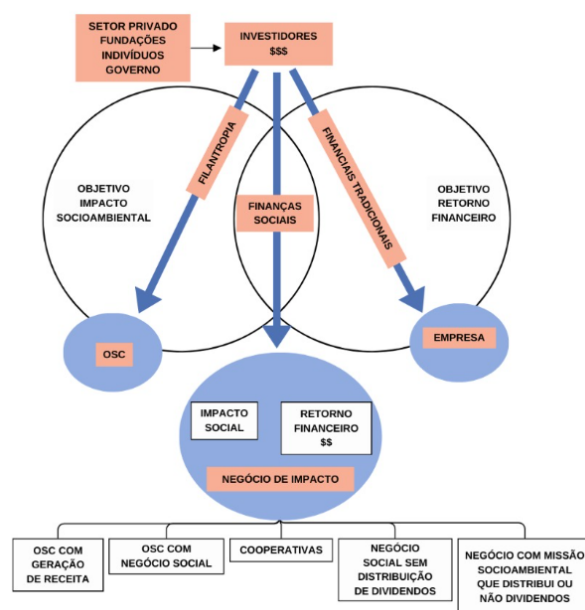
Segundo a Força Tarefa de Finanças Sociais (2015), o Gife foi indicado como autor chave para fomentar o Protagonismo de Fundações e Institutos, em que pretendia destinar até 2020 o equivalente a 5% de seus investimentos e doações ao desenvolvimento do campo das Finanças Sociais e NI, preferencialmente em estratégias de fortalecimento de organizações intermediárias ou de atração de novos investidores.

Nesse período, a Fundação Lemann e Fundação Telefônica Vivo, associadas do Gife, posicionaram-se como investidoras no desenvolvimento desse campo. Com o discurso de melhoria de qualidade no âmbito educacional, a Força Tarefa indicou que

A Fundação Lemann apoiou 10 *start ups* com tecnologias para educação, apoiando-as a melhorarem seus modelos de negócio e no aprofundamento do conhecimento sobre educação pública. A Fundação Telefônica Vivo vem apoiando aceleradoras, fortalecendo empreendedores e garantindo compra de produtos e serviços de negócios de impacto que possam ser aplicados na formação de estudantes da rede pública, como a compra de licenças do *Geekie Game* que deu acesso gratuito a 1,3 milhão de alunos de 12 mil escolas diferentes em 2014 e de 600 mil alunos de 5,1 mil escolas em 2013 (FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS, 2015, p. 21).

Nesse movimento emerge o discurso de “melhoria de qualidade e gratuidade” no âmbito educacional pelo desenvolvimento dessas ações. Desse modo, importante pontuar como esse ecossistema de Finanças Sociais é organizado, o que pode ser visto no organograma abaixo.

Figura 1 – Finanças Sociais – 2023



FONTE: Organizado pela autora com dados de Instituto de Cidadania Empresarial (2021).

Observa-se que os objetivos desse ecossistema consistem no “impacto socioambiental” e no retorno financeiro, simultaneamente, integrando diferentes instâncias: Setor privado, Fundações, Indivíduos e Governo. Como no Brasil não existe a figura jurídica voltada exclusivamente para o NI, emergem variações em seu desenvolvimento, como: OSC com geração de receita, OSC com negócio social, cooperativas, Negócio Social sem distribuição de dividendo e Negócio com missão socioambiental que pode distribuir ou não os dividendos. Nesse sentido, diferente do modelo empresarial tradicional e das entidades sem fins lucrativos, nesse setor de impacto, também conhecido como 2.5, já indicado, o lucro obtido nas atividades operacionais da empresa pode ser dividido entre os acionistas ou aplicado em sua totalidade na empresa.

Em 2017, com a emergência do 1º Mapa sobre esse modelo, aponta-se a partir da base geral de 579 negócios, que a maior área de impacto era a educação (38%), dentre as áreas de tecnologias verdes (23%), cidadania (12%), saúde (10%), finanças sociais (9%) e cidades (8%) (PIPE, 2017).

O ICE (2021) indica que as Finanças Sociais são uma espécie de direcionamento do capital, tanto público quanto privado, a essa estrutura. Além disso, ressaltam que as Finanças Sociais despontam como uma oportunidade concreta e eficaz para ampliar o capital disponível para esse ecossistema nas áreas de saúde, educação, habitação e serviços financeiros, entre outras (ICE, 2021). Segundo a Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil, ele “emerge pela busca de inovação e transformação social, atrelada a uma *performance financeira*, uma intervenção socioeconômica, que integra os diferentes atores em uma perspectiva de governança” (ICE, 2015, p. 03, grifo nosso).

A partir desse panorama, observa-se o movimento filantropocapitalista, o qual coloca o princípio filantrópico em práticas de empresas que possuem fins de lucro; logo, os “filantropocapitalistas não são doadores convencionais; são investidores sociais que direcionam recursos a causas que eles próprios elegem como prioritárias” (BACK; NASCIMENTO, 2020, p. 5).

Nesse contexto, localizou-se por meio do Mosaico (2024) 88 projetos/programas desenvolvidos pelos associados do Gife cuja estratégia de atuação se insere na ampliação e apoio ao NI. A partir da leitura da descrição desses projetos, identificou-se que 19 estão

inseridos na área de educação, desses, 04 projetos foram encerrados e 15 estão em desenvolvimento. Os projetos em desenvolvimento podem ser observados no quadro 01:

Quadro 01 – Projetos e programas sob atuação de Negócios de Impacto no âmbito da educação: Gife -2024

PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO		
TÍTULO DO PROJETO	ASSOCIADO GIFE	ANO DE INÍCIO
Programa Formare	Banco J. P. Morgan Fundação Iochpe Instituto 3M Instituto Embraer de Educação e Pesquisa	1989
POS - Parceria com Organizações Sociais	Fundação Dom Cabral	2009
Coletivo Jovem	Instituto Coca-Cola Brasil Instituto Vedacit	
Programa Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Fundação Amazônia Sustentável Fundação Avina	
Atina Educação	SITAWI Finanças do Bem	2010
Edital Fundação Cargill	Fundação Cargill	2012
Pense Grande Tech	Fundação Telefônica Vivo	2013 (reformulado)
Projeto Programa Desenvolvimento Territorial do Sul da Bahia	Instituto Arapyau Instituto Humanize	2015
Prêmio Alimentação em Foco	Fundação Cargill	
Academic Working Capital	TIM Brasil	
Plataforma de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia	Fundação Amazônia Sustentável	2017
Pra>Frente	Fundação Dom Cabral	2018
Empreendedorismo Social na Educação	Oi Futuro	2020
Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão	Instituto Unibanco	
Academia ICE	Instituto de Cidadania Empresarial	

Fonte: Organizado pela autora com dados do Portal de dados do Investimento Social do Gife (MOSAICO, 2024).

Após análise⁵, identificou-se algumas categorias emergentes nos projetos/programas em desenvolvimento: A atuação junto aos jovens entre 16 e 25 anos; Apoio a projetos, infraestrutura e ferramentas; Plataformas e base de dados; e Formação de professores. Na categoria atuação junto aos jovens, estão os projetos/programas: Programa *Formare*; Coletivo Jovem; e *Academic Working Capital*. Esses programas desenvolvem educação profissional para jovens de baixa renda. No *Formare* a atuação é realizada nas cidades de Sumaré, Ribeirão Preto, Itapetininga e Manaus. Atualmente são 131 alunos e cerca de 200 funcionários voluntários que fazem parte desse projeto.

⁵ Realizada por meio de informações dispostas no sítio de cada projeto e de cada associado.

Já o Coletivo Jovem atua com moradores de comunidades urbanas de baixa renda, não indicando quais são as cidades atendidas. Desde o início até hoje, foram 256 mil jovens participantes. A ação tem o apoio de 173 ONGs, oferecendo conteúdos curtos sobre empreendedorismo via WhatsApp. O *Academic Working Capital* é um programa de educação dito “empreendedor”, que atua junto a estudantes que querem transformar seus Trabalhos de Conclusão de Curso em uma empresa de base tecnológica. A finalidade é a criação de um ecossistema de fundo empreendedor.

Na análise do Censo Gife 2007-2008 (2008), identificou-se que ele tratou especificamente da Juventude, jovens de 15 a 24 anos, e demonstra que os associados veem o jovem como um agente de mudança e que possuem uma visão proativa. Esse Censo discute uma “preocupação pública com o envolvimento de jovens com a violência, situações de risco e delinquência” (GIFE, 2008, p. 13-14). Assim, justificam ações e projetos sociais que foram se estruturando, no âmbito da sociedade civil e no âmbito do Estado, tendo os jovens como público alvo.

No que se refere à categoria apoio a projetos, infraestrutura e ferramentas identificou-se os projetos/programas: POS - Parceria com Organizações Sociais; Programa Floresta em pé: Infraestrutura comunitária; Atina Educação; Edital Fundação Cargill; e Prêmio Alimentação em Foco. Esses programas possuem como alinhamento o apoio a projetos realizados no contexto educacional, especialmente no que se refere a ferramentas de gestão e infraestrutura. Eles são desenvolvidos por organizações da sociedade civil (OSCs), *startups* e instituições.

Nessa categoria, destaca-se o programa Atina Educação, a qual está há mais de 10 anos no mercado. A SITAWI financia esse programa, sendo realizado acompanhamento de métricas financeiras, de impacto, desenvolvimento de workshops e apoio no período de duração do empréstimo.

Quanto à categoria Plataformas e base de dados, estão os programas/projetos: Plataforma de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia; Pra>Frente; Empreendedorismo Social na Educação; Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão; e Academia ICE. Esses projetos visam articular redes por meio de dados produzidos e fomentados pelos próprios APHs, com objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico e bem-estar social por meio da Gestão e do Empreendedorismo. A Acadêmica ICE, por exemplo, objetiva engajar professores e fortalecer a atuação das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras nas temáticas de

Finanças Sociais e Negócios de Impacto, com ênfase nas três dimensões básicas do ensino: pesquisa, docência e extensão.

Nesse contexto, entende-se que o fundo público acaba sendo desviado de políticas com teor mais amplo para programas que demonstraram eficácia por meio de estratégias/pesquisas de caráter neoliberal e cientificamente frágil. Nesse sentido, emerge a transição dos recursos direcionados para direitos incondicionais para a política baseada em “evidências” indicadas pelos próprios agentes privados (STOESZ, 2014).

Por fim, quanto à categoria formação de professores, localizou-se os programas/projetos *Pense Grande Tech* e *Projeto Programa Desenvolvimento Territorial do Sul da Bahia*. O *Pense Grande Tech* emergiu a partir do desenvolvimento do programa *Pense Grande*, que era voltado para educadores. Nesse novo formato, ele investe no desenvolvimento de competências digitais em educadores e estudantes por meio do apoio a redes públicas de ensino. Para tanto, possui como foco a implantação de políticas educacionais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio.

O *Projeto Programa Desenvolvimento Territorial do Sul da Bahia* possui uma rede de parceiros em áreas centrais para a sustentabilidade: desenvolvimento econômico, educação e fortalecimento institucional e articulação. Entre as estratégias estão a formação dos professores e a gestão dos recursos das secretarias de Educação nos municípios da Costa do Cacaú. O projeto-piloto aconteceu em parceria com as prefeituras de Uruçuca e Uma.

Desse cenário, entende-se que a perspectiva de formação posta pelos programas/projetos identificados localiza-se como neopragmática, advinda do contexto neoliberal. Ela possui como característica a formação voltada para a lógica das competências, que a partir do princípio “técnico-instrumental”, contribui para a reprodução da desigualdade, pois não possui reflexões teóricas, e sim aspectos vinculados “à prática profissional de forma utilitarista” (MASSON, 2009).

Na contramão dessa perspectiva, defende-se a formação continuada sob uma perspectiva emancipadora, com orientação em uma sólida formação teórica. Nessa formação, a prática pedagógica é compreendida não apenas em seu caráter imediato e pragmático, mas como prática social de máxima humanização dos seres humanos.

Trata-se de uma formação docente para além do senso comum, que o transforme e que, de posse de uma fundamentação teórica apoiada na reflexão filosófica e no

conhecimento científico, contribua para a transformação social (SANTOS; GASPARIN, 2011).

Observa-se que para além da questão financeira, ao fazer um comparativo entre ISP e a nova atuação pelo NI, há uma ampliação das discussões pelo grupo a respeito da avaliação. Anteriormente a esse período, as avaliações internas realizadas pelo grupo e seus associados circunscreviam a dimensão de seus projetos e ações, diferente desse paradigma, em que a proposta é o desenvolvimento de avaliação voltada à mensuração do *Impacto Social*. Segundo o Censo Gife 2016 (2017), A avaliação do Impacto Social é uma das características essenciais do NI, sendo seus resultados cobrados por investidores, clientes, funcionários e diversos outros *stakeholders*.

De acordo com o Censo Gife 2020 (2021), as práticas de monitoramento e avaliação desenvolvidos pelo grupo já tinham importância “[...] amplamente difundida [...] Nesse sentido, mensuração de resultados, sistematização de práticas e aprendizagem organizacional são pilares que devem orientar decisões futuras das organizações” (GIFE, 2021, p. 176).

Sendo assim, como uma das atuações do Gife ocorre a partir da articulação e formação de Redes Temáticas (RTs) de interesse, em relação ao NIS foi identificada a RT de Investimentos e Negócios de Impacto Social. Essa RT foi criada em 2016, e os associados que a coordenam são: Fundação Grupo Boticário, ICE, Instituto Humanize e Instituto Sabin. Segundo o Gife (2023), a RT emergiu com o propósito de discutir diferentes formas por meio das quais os agentes privados de ISP podem atuar com o NI. O grupo ressalta que existem diferentes modelos desse tipo de negócio, assim como diferentes maneiras de apoio dos associados, o que foi visto por meio dos programas/projetos identificados.

A partir desse cenário, identifica-se que o Gife atua desenvolvendo rearranjos de forma consciente, por meio de um “consenso permanentemente organizado”. Dessa forma, segundo Gramsci (2016, p. 257),

[...] numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não formal. Nesta multiplicidade de sociedade particulares, de caráter duplo – natural e contratual ou voluntário –, uma ou mais prevalecem relativa ou absolutamente constituindo um aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população.

Em outras palavras, na multiplicidade de sujeitos e organizações da sociedade civil, o Gife se organiza harmonicamente, ao ponto de desenvolver direção política, hegemonia.

Nesse sentido, o Gife atua como um intelectual coletivo que, a partir do que foi exposto, identifica o âmbito educacional como uma oportunidade mercadológica lucrativa.

Considerações finais

O presente artigo discutiu o papel do Gife como protagonista e propulsor do ISP alinhado ao Negócio de Impacto no contexto da governança do âmbito educacional brasileiro. Para tanto, identificou que o grupo foi o pioneiro no processo de mudança do comportamento político empresarial, a partir da atuação articulada em redes, defesa de interesses (*advocacy*) e coalizões, propondo um novo formato de atuação e direcionamento nesse âmbito.

Nessa proposta, estreita-se a relação entre o Investimento Social Privado e o Negócio de Impacto, em que a esfera educacional é entendida como nicho de mercado, a mercadorização. Nesse contexto, as Finanças Sociais direcionam o capital (investimento) tanto público quanto privado para o Negócio de Impacto, em que os filantropos desenvolvem avaliações para a escolha de melhor “campo” de atuação com objetivo de lucro por intermédio da capitalização.

Nesse contexto, localizou-se 15 projetos/programas desenvolvidos pelos associados do grupo, cuja atuação se insere no bojo do ecossistema dos Negócios de Impacto. Na análise dessas ações, emergiram as categorias: Atuação junto aos jovens entre 16 e 25 anos; Apoio a projetos, infraestrutura e ferramentas; Plataformas e base de dados; e Formação de professores. Grosso modo, esses programas utilizam o discurso neoliberal empreendedor de justiça e sustentabilidade, possuem como público alvo os jovens e os professores e atuam no âmbito educacional (especialmente nas localidades) com o fomento de dados sobre o NI atrelado à melhoria da qualidade educacional.

Por fim, indica-se que há um deslocamento do papel do Estado *stricto sensu*, mínimo para o público e máximo para o capital, na medida em que emerge a atuação crescente dos APHs no setor público. No entanto, importante pontuar que também há um movimento contra hegemônico dos profissionais da educação para “alteração da realidade”, em que se reitera que a educação não é um nicho de mercado, é um direito público subjetivo.

Referências

ANDRADE, L. M. **Neoliberalismo e hegemonia burguesa: ação social empresarial através dos Institutos Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e Empresas e Gife (Grupos de Institutos, Fundações e Empresas).** 191f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciência da Universidade Estadual, Campus de Marília, São Paulo, 2014.

BACK, Charlott; NASCIMENTO, Beatriz. Filantropocapitalismo e saúde global: o neoliberalismo da vida e da morte. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v.11, 2020.

BRASIL. **LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.** Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

BRASIL. **Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019a.** Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais.

BRASIL. **Decreto nº 9.977, de 19 de agosto de 2019b.** Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto.

BRASIL. Tribunal de Contas da União - TCU. Secretaria Geral de Controle Externo. Fatos Fiscais. 2023. Disponível em: https://sites.tcu.gov.br/fatos-fiscais/renuncia_fiscal.html. Acesso em: 08 mai. 2024.

Di PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas.** São Paulo: Atlas, 2015.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2010.

FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS. **Finanças Sociais: Soluções Para Desafios Sociais e Ambientais.** Uma nova mentalidade para gerenciar recursos e necessidades da sociedade. 2015. Disponível em: https://forcatarefa-assets.s3.amazonaws.com/uploads/2015/10/Finan%C3%A7as-Sociais_Solu%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em: 10 mai. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere Volume 3.** Maquiavel Notas sobre o Estado e a Política. 7. ed. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS - GIFE. **Site oficial.** Disponível em: <https://gife.org.br/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS - GIFE. **Censo Gife**

SAKATA, Kelly Letícia da Silva. Mercadorização da educação: do Investimento Social Privado aos Negócios de Impacto do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)

Juventude. – São Paulo, 2008. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-juventude>. Acesso em: 10 mai. 2024.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS - GIFE. **Censo GIFE 2016.** São Paulo: GIFE, 2017. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2016>. Acesso em: 8 mai. 2024.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS - GIFE. **Censo GIFE 2011- 2012.** São Paulo: GIFE, 2013. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2011-2012>. Acesso em: 01 mai. 2024.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS - GIFE. **Censo GIFE 2020.** São Paulo: GIFE, 2021. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2020>. Acesso em: 30 abr. 2024.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS - GIFE. **Site oficial.** 2024. Disponível em: <https://gife.org.br/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS - GIFE. **Censo GIFE 2022-2023.** São Paulo: GIFE, 2023. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2022-2023>. Acesso em: 10 mai. 2024.

IAMAMOTO, M V. A questão social no capitalismo. **Revista de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Ano 2 n. 3 jan./jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **As Fundações Privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil.** 2002, 2ª edição. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv5428.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.

ICE. INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL. **Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil.** 2015. Disponível em: https://ice.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Carta_Principios.pdf. Acesso em: 11 jul. 2024.

ICE. INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL. **Finanças Sociais.** 2021. Disponível em: <https://ice.org.br/financas-sociais/>. Acesso em: 06 dez. 2023.

MARTINS, André Silva. **Burguesia e a nova sociabilidade:** Estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo, 2006. 290f. (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Federal Fluminense, RJ, 2006.

MASSON, Gisele. **Políticas de formação de professores:** as influências do neopragmatismo da agenda pós-moderna. 2009. 245 f. (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2009.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010.

MOSAICO. **Portal de dados do investimento social** (GIFE). Site oficial, 2024.

Disponível em: <https://mosaico.gife.org.br/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MOTTA, Vania Cardoso da. Investimento Social Privado em Educação: Desmonte do caráter público da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 68, p. 323-337, jun. 2016.

MOTTA, Vania da. Cardos; ANDRADE, Maria Carolina Pires de. Empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3DnTFnDYxsY9crTsnxFzQBB/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2023.

PIPE SOCIAL. 1º Mapa de Negócios de Impacto Social, 2017. Disponível em:

<https://pipe.social/mapa2017>. Acesso em: 04 mai. 2024.

SAKATA, Kelly Letícia da Silva. O advocacy de Gestão Educacional do grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE): fragilidades quanto ao princípio da gestão democrática. **REVISTA INTERTERRITÓRIOS**, v. 9, p. 1-23, 2023a. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/interritorios/article/view/259096>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SAKATA, Kelly Letícia da Silva. A governança e as políticas educacionais brasileiras: atuação dos aparelhos privados de hegemonia. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 2, p. 739-757, 2023b. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/68710>. Acesso em: 11 jul. 2024.

GASPARIN, João Luiz; SANTOS, Nilva de Oliveira Brito dos. A formação de professores na perspectiva histórico-crítica. X Congresso Nacional de Educação – **Educere**. 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5947_2970.pdf. Acesso em: 03 mai. 2024.

SILVA, Maria Vieira; SOUZA, Silvana Aparecida de. Educação e responsabilidade empresarial: "novas" modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional. **Educação & Sociedade** [online]. 2009, v. 30, n. 108.

SITAWI. Finanças do bem. **Site Oficial**. 2023. Disponível em: <https://www.sitawi.net/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

SOUZA, Silvana Aparecida de. **Educação, trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa**: "amigos da escola" e outras formas de participação. 2008. 304f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade de São Paulo, SP, 2008.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Boletim Inteligência & Tendências de Mercado**. Maio, 2019. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/Versa%cc%83>

SAKATA, Kelly Letícia da Silva. Mercadorização da educação: do Investimento Social Privado aos Negócios de Impacto do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)

[o%201%20-%20Boletim%20-%20Nego%cc%81cios%20de%20Impacto.pdf](#). Acesso em: 01 dez. 2023.

STOESZ, David. Evidence-Based Policy: Reorganizing Social Services Through Accountable Care Organizations and Social Impact Bonds. **Research on Social Work Practice**, 24(2), 181–185, 2014.

TARLAU, Rebecca.; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020.

XIMENES, Salomão Barros; CÁSSIO, Fernando. (Org.). **Future-se? Impasses e perigos à educação superior pública brasileira**. Santo André, SP: Fórum Permanente de Políticas Educacionais da UFABC: Universidade Federal do ABC, 2019.

*Recebido em Janeiro de 2024
Aprovado em Maio de 2024
Publicado em Julho de 2024*
